

A formação como prioridade pastoral

Manoel Godoy*

Resumen

O autor apresenta um itinerário formativo à luz da V Conferencia Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho. Para isso, faz uma reflexão sobre a compreensão histórica do distanciamento entre clérigos e leigos e resgata o espírito do Concílio Vaticano II. Afirma que “somente uma Igreja com bases sólidas na igualdade fundamental de todos os seus membros, no que se refere à dignidade e atividade de todos, pode verdadeiramente cuidar da formação de maneira integral e sistemática com seriedade e maturidade”. Para tanto, os leigos necessitam de acesso amplo à formação, ao diálogo e espaço para desempenhar um real protagonismo laical.

Palavras-chave: Formação; Leigos; Itinerário formativo; Formação integral

* Maestrado em teología pelo Instituto Santo Inácio - Belo Horizonte. Diretor Executivo do ISTA (Instituto Santo Tomás de Aquino – Belo Horizonte). Professor de Teologia Pastoral no Itepal. E-mail: manologodoy@terra.com.br




Formation as a Pastoral Priority

Abstract

The author presents a formative program according to the V General Conference of Latin American and Caribbean Bishops, to do so he reflects on the historical understanding of the detachment between clergy and laity and rescues the spirit of Vatican Council II. He declares that "Only a Church with solid foundations of equality for all its members, regarding dignity and activity; can take care, responsibly and maturity, of their formation in an integral and systematic way" Therefore, lay people need wide access to formation, to dialogue and to opportunities to truly play a leading role.

Keywords: Formation, Lay people, formative program, integral formation.



A formação dos fiéis leigos deverá figurar entre as prioridades da diocese e ser colocada nos programas de ação pastoral, de modo que todos os esforços da comunidade (sacerdotes, leigos e religiosos) possam convergir para esse fim” (CfL 57).

Sem sombra de dúvidas, foi com o Concílio Vaticano II (1962-1965) que pudemos, de forma mais orgânica e sistemática, vislumbrar a possibilidade de uma participação mais efetiva do fiel leigo na missão única da Igreja: tornar Jesus Cristo mais conhecido e amado por todos os cidadãos do mundo a fim de que alcancem a salvação. O Concílio de Trento (1545-1563) teve o mérito de recuperar a figura do clero, que por séculos vinha sendo desgastada e, cada vez mais, desacreditada. Porém, tal recuperação, com o passar dos séculos, tornou-se excessiva a ponto de depreciar e dispensar qualquer participação laical na missão eclesial. A fórmula –“O mundo para os leigos e a Igreja para os clérigos”– radicalizou-se de tal forma que aos que estavam fora do corpo clerical nada restava, a não ser ficar sentado para ouvir, ajoelhado para rezar e com as mãos no bolso para pagar, como bem notou o teólogo Congar.¹ Dessa forma, para tratar do tema da formação como prioridade pastoral, faz-se necessário resgatar o espírito do Concílio Vaticano, com sua eclesiologia de comunhão e povo de Deus, onde os não clérigos podem encontrar seu espaço real de atuação. Antes, porém, é preciso ver, ainda que rapidamente, algumas causas históricas do distanciamento entre protagonismos clericais e laicais na esfera eclesial a fim de procurarmos remédios corretos para enfermidades concretas que impedem a participação madura dos fiéis leigos na única missão da Igreja. A próxima seção é devedora de uma reflexão do nosso saudoso teólogo pastoralista

¹ Segundo Almeida, essa referência ao leigo é registrada pelo Cardeal Gasquet, relatando a conversa entre um missionário e um catecúmeno. Cf. Gasquet, F.A. *The layman in the pre-reformation parish*. London, 1914, p. 1ss.



Alberto Antoniazzi, falecido no natal de 2004, adaptada para a finalidade deste artigo.²

Distanciamento entre clérigos e leigos

Em profunda sintonia com a eclesiologia conciliar, o Código de Direito Canônico pode afirmar: “Entre todos os fiéis, pela sua regeneração em Cristo, vigora, no que se refere à dignidade e atividade, uma verdadeira igualdade, pela qual todos, segundo a condição e os múnus próprios de cada um, cooperam na construção do Corpo de Cristo” (CDC 208). Por que, então, durante muito tempo, perdeu-se a consciência da igualdade fundamental de todos na Igreja e do dever dos leigos de participar ativamente da evangelização? A história é bastante complexa. Tentaremos simplificá-la sem, no entanto, tomarmos afirmações parciais, feitas num determinado momento, como espelho fiel da situação. Em geral, os leigos continuaram participando efetivamente da “edificação da Igreja”, muito mais do que lhes era “permitido” na perspectiva de muitos teólogos e clérigos. O que segue nos ajuda a compreender as situações que herdamos do passado e que ainda não superamos totalmente.

O problema do distanciamento entre ministros e laicato é antigo. Por um lado, pode ter pesado a tentação de alguns ministros de concentrar demasiadamente em suas mãos a direção da comunidade ou de exercê-la sem o espírito de serviço, de que o próprio Jesus deu o exemplo³. Por outro lado, o crescimento das comunidades e a ameaça de heresias parecem ter contribuído para a valorização do Bispo ou sucessor dos Apóstolos como garantia da unidade da comunidade cristã.

Porém, mesmo quando a figura do sucessor dos Apóstolos ou do Bispo começa a se destacar (cf., por exemplo, as cartas a Timóteo e

² Uma história mais ampla sobre os leigos encontramos no livro do Pe. Antonio José de Almeida, sob o título *Leigos em quê? Uma abordagem histórica*, publicado pelas Paulinas, no Brasil, em 2006.

³ Já nos evangelhos encontramos várias advertências contra o desejo de ser o “primeiro”: cf. Mc 9,32-37; 10,35-45; Mt 20, 20-28; Lc 22,24-27, que coloca o episódio no contexto da Última Ceia, instituição da Eucaristia! Cf. também Mt 23,8-12: “Vós todos sois irmãos”.

a Tito, que não são mais dirigidas a toda a comunidade, como eram as primeiras cartas de Paulo), a comunidade continua sendo toda ela responsável pela realização da missão da Igreja. Tal missão consistia em conservar e transmitir o “depósito” (*parathéke*) recebido, ou seja, o Evangelho, e a “doutrina” (*didaskalía*), que inclui o Evangelho e as instruções dos Apóstolos.

Em razão da missão de conservar a herança dos Apóstolos e de dirigir as crescentes comunidades cristãs, as funções nas comunidades continuam a ser adaptadas, até que se fixam no início do século III. A necessidade de a defesa contra a *gnósis* (1Tm 6,20) e outros motivos teóricos (influência da teologia da “unidade” de João e do platonismo) ou práticos (“é melhor que o governo seja confiado a um só”) levam à conhecida estrutura do “episcopado monárquico”. Em cada cidade, há um bispo, um colégio de presbíteros e alguns diáconos a serviço direto do bispo.

Essa estrutura sofre alterações profundas com a decisão, durante o IV século, de restringir a nomeação dos bispos às cidades mais importantes, com uma conseqüente inversão de papéis entre bispos e presbíteros. O bispo, que antes pregava, batizava e presidia a Eucaristia, torna-se um administrador e, sempre mais, nos séculos V-IX, uma autoridade política ou civil. O presbítero, ao contrário, progressivamente assume paróquias e tarefas pastorais que antes lhe eram vedadas, como pregar, batizar e presidir a Eucaristia, enquanto se dissolve o presbitério, que tinha funções de conselho jurídico e doutrinário, interpretando a lei de Deus para a Igreja.

Os leigos conservam um papel importante na evangelização do IV século. Quase todas as novas Igrejas fora do Império são fundadas por leigos, alguns dos quais foram ordenados bispos mais tarde. É o caso de Etiópia, Armênia, Pérsia e outras. A Igreja da Geórgia, segundo a tradição, foi fundada por uma mulher, santa Nina. Depois, quando a religião cristã se torna majoritária no Império, aumenta a distância entre clérigos e leigos, tanto em termos políticos quanto culturais. Aos poucos, o leigo se torna o que não sabe o latim, o inculto, o analfabeto. Na Igreja, vira um mero e silencioso ouvinte. Assim, a Igreja tende a identificar-se com o clero ou com os homens “espirituais” (monges e clérigos), enquanto os leigos se tornam os



homens “carnais” que vivem no “mundo”, numa situação de pecado ou próxima do pecado⁴.

Os conflitos políticos entre clérigos e leigos (na realidade, de bispos e abades contra príncipes e nobres), após um período de predomínio dos príncipes ou feudatários leigos, levam à Reforma Gregoriana e ao programa radical do cardeal Humberto da Silva Cândia: “A Igreja, aos clérigos; o mundo, aos leigos”.

Tal programa não foi realizado no século XI nem nos séculos posteriores. A Concordata de Worms (1122) estabeleceu uma trégua na “luta pelas investiduras”, atribuindo ao Imperador o poder sobre a Alemanha e ao Papa, sobre a Itália. Os leigos continuaram a participar ativamente da Igreja, muitas vezes convocados pelos Papas nas cruzadas e nas lutas pelos direitos da Igreja, assistidos espiritualmente num primeiro tempo pelos monges e organizados depois em irmandades, até serem mobilizados como cidadãos e eleitores no século XIX.

Foi ao redor de 1848 na Europa (1889 no Brasil) que, com a separação de Igreja e Estado e a secularização deste último, se realizou o programa do cardeal Humberto (séc. XI): a Igreja se torna plenamente clerical, o mundo se torna plenamente secular. As consequências, porém, são paradoxais: por um lado, a Igreja tende a perder os leigos; por outro, o mundo, tende a perder toda referência à religião e à Igreja. A fórmula de Humberto, pensada para solucionar a crise do século XI, a longo prazo revela-se insatisfatória ou, mais ainda, prejudicial.

De fato, a Igreja –com suas diversas vocações: leigos, religiosos, ministros ordenados– tem como missão estar presente no mundo, para evangelizá-lo e santificá-lo⁵. Concentrar a atenção na relação clérigos-leigos ou, pior, transformar essa relação num conflito é certamente um desvio. O que deve estar no centro da atenção da Igreja e do seu anseio missionário é a relação Igreja-Mundo.

⁴ Cf. ampla documentação de Yves CONGAR O.P. em “*Os leigos na Igreja*” (ed. brasileira, 1966, ed. francesa, 1953).

⁵ Cf. Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*” do Concílio Vaticano II.

Outra consequência grave das transformações medievais (sobretudo dos séculos VI-IX) é a perda do sentido de comunidade da Igreja, que fora reconhecida como tal também pelo direito do Império romano. Sob a influência da concepção germânica, a igreja (edifício, paróquia, diocese, abadia ou mosteiro..., com seus ministros e fiéis) passa a ser considerada *propriedade particular* de um rei, príncipe, nobre, ou também de um Papa, bispo ou abade. Os clérigos são induzidos, no sistema feudal, a se considerarem “donos da Igreja”, enquanto os leigos se sentem excluídos, mero objeto de cuidados pastorais, sem outro direito que o de *receber* os meios da salvação⁶.

A participação dos leigos na ação da Igreja no mundo assume novamente um papel importante na segunda metade do século XIX. Enquanto muitas mulheres católicas se dedicam ao atendimento das famílias, à educação e à assistência aos pobres, muitas vezes unindo-se em associações, que frequentemente serão transformadas numa multiplicidade de congregações religiosas femininas, os homens são chamados a participar da vida política, formando partidos católicos ou votando candidatos aprovados pelo clero. Em muitos países europeus a liderança política dos católicos é assumida diretamente por clérigos.

Na primeira metade do século XX, a difusão dos “totalitarismos” proibirá em muitos países a existência de um partido ou de um movimento social católico. Assim a “Ação Católica” torna-se mais um ambiente de formação espiritual dos leigos. Ela voltará a redescobrir a importância da atuação sócio-política após a derrota dos totalitarismos e através da Ação Católica especializada, que procurou fazer dos operários os apóstolos dos operários (JOC, ACO), dos estudantes os apóstolos dos estudantes (JEC, JIC), dos agricultores os apóstolos dos agricultores (JAC, ACR), dos profissionais os apóstolos dos profissionais (JIC, ACI). Estabelece-se um movimento em duplo sentido: os leigos católicos procuram o mundo para levar o Evangelho; mas, no contato com o mundo, trazem de volta, para dentro da Igreja, os problemas da sociedade.

6 Cf. CDC de 1917, cân. 682.



Essa aproximação, após não poucas dificuldades iniciais, encontrou critérios sólidos e aprovação no Concílio Vaticano II. A eclesiologia do Concílio, porém, modifica as próprias bases da “teologia do laicato” dos anos ‘50, abre o caminho para uma nova “teologia do laicato” e reafirma a igualdade fundamental “quanto à dignidade e à ação comum” de clérigos e leigos.

A valorização do leigo não diminui o valor nem restringe o papel do ministério hierárquico, de clero e religiosos, de bispos, padres e diáconos. Antes, colabora para tornar mais clara a especificidade dos diversos múnus dentro da Igreja.

Que leigo para que igreja?

Depois desse arrazoado sobre algumas causas do distanciamento entre leigos e clérigos na Igreja, onde os leigos foram se configurando como aqueles que nada sabem, devemos nos perguntar que Igreja comporta a formação laical como prioridade pastoral.

Somente uma Igreja com bases sólidas na igualdade fundamental de todos os seus membros, no que se refere à dignidade e atividade de todos, pode verdadeiramente cuidar da formação de maneira integral e sistemática com seriedade e maturidade. A Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II –*Lumen Gentium*– afirma essa igualdade de maneira enfática: “Comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo, comum a graça dos filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e indivisa caridade. Não há, pois, em Cristo e na Igreja, nenhuma desigualdade em vista de raça ou nação, condição social ou sexo. E ainda que alguns por vontade de Cristo sejam constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina, contudo, entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo”.⁷ Como consequência dessa eclesiologia, somos obrigados a reconhecer que os leigos não são apenas receptores da formação, mas também seus artífices, pois

⁷ Concílio Ecumênico Vaticano II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*, 32.



participam, a seu modo, dos múnus do Cristo entregues à Igreja. Como afirma a Exortação Pós-Sinodal do Papa João Paulo II –*Christifideles Laici*– “Eis um novo aspecto da graça e da dignidade batismal: os fiéis leigos participam, por sua vez, do tríplice múnus – sacerdotal, profético e real – de Jesus Cristo” (CfL, 14).

Um primeiro e grande obstáculo ao exercício pleno desse múnus da parte dos leigos está na falta de coragem de parte da instituição católica em tratá-los como adultos, superando o esquema dos velhos segredos eclesiais que tanto impede uma real transparência na Igreja. Com a globalização, o acesso às informações de toda ordem cresce no mundo de forma geométrica. As instituições vão sendo até devassadas pelos *mass media*, como sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação. Tentar manter sigilo em muitas áreas poderá até ser nocivo para a Igreja, como revela a atual crise de escondimento do comportamento sexual de muitos clérigos. Bom ressaltar, a propósito desse tema, que o Papa Bento tem feito um esforço imenso de transparência para superação desse escondimento. Síntese dessa sua postura é a frase lapidar que disse, quando ainda estava em viagem para Portugal, no mês de maio de 2010: “O perdão não substitui a justiça”.

Acesso amplo à informação será, portanto, um dos elementos básicos a ser enfrentado pela Igreja que quer tratar os leigos como seus cooperadores na única missão confiada a ela por Cristo. Nessa perspectiva, é gratificante ouvir do Papa Bento, na sua visita a Portugal, que a Igreja deseja um respeito dialogante, onde podem abrir-se novas portas para a comunicação da verdade.

Informação e diálogo se constituem em dois elementos de um binômio profundamente urgente para um avanço na formação de todos os membros da Igreja. É preciso reforçar e ampliar os canais de diálogo na Igreja, nos moldes dos conselhos em todos os níveis, para que a informação circule e a formação aconteça de maneira integral.

O que temos constatado nos últimos anos é um crescente clericalismo, tornando muito difícil o reconhecimento do direito à participação dos leigos nas instâncias eclesiais. Tem havido um reforço



insistente no velho esquema de pastores e ovelhas, negligenciando a realidade de que o homem e a mulher hodiernos não querem mais ser simples ovelhas. Essa velha metáfora não condiz mais com a realidade e sofre rejeição daqueles que querem ser tratados como adultos, deixando para trás o que é próprio de criança (1Cor 13,11). “Eles a rejeitam (tal metáfora) com referência à sua formação, aos seus graus acadêmicos, suas habilidades profissionais, pelas quais se qualificaram como especialistas e trabalhadores qualificados. E até aqueles que agora ainda não têm tais qualificações, porque são pobres e humildes e carecem dos privilégios de uma formação intelectual, no futuro também eles vão crescer nas suas habilidades e em sua autovalorização. A sociedade do futuro será uma sociedade urbana e, nela, haverá cada vez mais pessoas que, em uma ou outra área, serão especialistas e qualificadas. Quanto mais, no entanto, uma pessoa é qualificada, tanto menos ela se sente ovelha”.⁸ Seguramente, não há mais lugar para entender o papel do leigo na Igreja como “dócil rebanho”, da maneira como expressava Pio X.⁹ Há também quem não goste nem de ser chamado leigo. “Não gosto do termo leigo. Eu sou cristão e profissional”.¹⁰

Para que o laicato não seja tratado como ovelha ele precisa ser considerado interlocutor privilegiado no diálogo que a Igreja entabula dentro dela e com a sociedade. Somente uma Igreja toda ministerial alicerçada no binômio da comunhão e participação, como propunha Puebla, pode realmente favorecer esse diálogo e a circulação ampla e transparente de todas as informações necessárias para a formação de um laicato maduro e parceiro na única missão eclesial.

Que formação pode ser prioritária?

Posto isso, podemos deduzir que não será qualquer formação que irá responder aos desafios colocados atualmente para a Igreja. É

⁸ BLANK, Renold. *Ovelha ou Protagonista? A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21*. São Paulo: Paulus, 2006, p. 7-8.

⁹ O Papa Pio X, na sua encíclica *Vehementer*, de 1909, dizia: “... Quanto à multidão, não tem outro direito senão o de deixar-se conduzir e de seguir seus pastores como um dócil rebanho”.

¹⁰ GOMES DE SOUZA, Luis Alberto in COBO, José Fernandez (org.). *Formação dos cristãos leigos*. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 194.



verdade que demos muitos passos nesse campo. É preciso reforçar e multiplicar as iniciativas positivas.

Quando do Sínodo dos Bispos de 1987, sobre a vocação e a missão dos leigos na Igreja e no mundo, o Papa João Paulo II destacou algumas perspectivas válidas e necessárias para a formação dos “*christifideles laici*”.

Servindo-se da metáfora evangélica da videira e dos ramos, o Papa disse que ela “mostra-nos um aspecto fundamental da vida e da missão dos fiéis leigos: a chamada para crescer, amadurecer continuamente, dar cada vez mais fruto” (CfL, 57). É, portanto, na permanência no Cristo –videira verdadeira– que se fundamenta uma sólida formação de todos os que são membros –ramos– dessa única videira. É nesse permanecer que se abre a possibilidade de um crescimento efetivo de todos, pois aí recebem a seiva da videira, que sustenta, vivifica e faz brotar sempre novos ramos. Somos todos chamados a permanecer unidos, bebendo dessa fonte. “Neste diálogo entre Deus que chama e a pessoa interpelada na sua responsabilidade, situa-se a possibilidade, antes, a necessidade de uma formação integral e permanente dos fiéis leigos”.

Nesse contexto é que a Exortação Pós-Sinodal afirma: “A formação dos fiéis leigos deverá figurar entre as prioridades da diocese e ser colocada nos programas de ação pastoral, de modo que todos os esforços da comunidade (sacerdotes, leigos e religiosos) possam convergir para esse fim” (CfL 57).

Insiste-se na diferenciação entre os ministros ordenados e os cristãos fiéis leigos, acentuando a índole secular como o específico destes. Porém, é preciso uma consideração adequada do que se entende por índole secular, para que não voltemos a reforçar o axioma do cardeal Humberto da Silva Cândida: “A Igreja, aos clérigos; o mundo, aos leigos”.

A expressão *índole secular* usada pelo Concílio Vaticano II não é isenta de ambiguidade, pois o próprio texto conciliar reconhece que há clérigos que “algumas vezes possam ocupar-se em assuntos seculares, exercendo até profissão secular, em razão de sua voca-



ção particular” (LG 31b). Numa eclesiologia de totalidade, onde as diferenças entre clérigos e leigos não são o enfoque principal, mas sim tudo o que os une na única missão da Igreja, como entender a expressão *índole secular* como algo próprio e peculiar dos leigos, embora de maneira não exclusiva?

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil aborda essa questão, considerado os quatro sentidos da expressão *índole secular*: 1. Laicidade do próprio mundo – trata-se da autonomia do próprio mundo em relação à Igreja; 2. Laicidade da própria Igreja – a Igreja está toda ela no mundo e participa de todas as atividades seculares (economia, sociedade, política, família, culturas etc); 3. Laicidade própria e peculiar dos leigos – “Os leigos, porém, são especialmente chamados para tornarem a Igreja presente e operosa naqueles lugares e circunstâncias onde, apenas através deles, ela pode chegar como sal da terra” (LG 33b); 4. Laicidade na Igreja – “consiste em viver na Igreja aqueles valores que são a referência ideal da convivência na sociedade civil (liberdade, fraternidade, solidariedade, igualdade) e que são pregados pela Igreja, mas nem sempre têm plena cidadania na vida e nas relações intraeclesiais”.¹¹

Posto isso, podemos pensar que tratar a formação como prioridade pastoral deve levar em conta essa complexidade e não acentuar tanto um só aspecto do processo formativo, ou seja, se é mais para atividades *ad intra* ou *ad extra* eclesiais. Aqui está um desafio imenso para a Igreja, isto é, considerar o leigo como cidadão pleno na sociedade e na Igreja. Por tudo isso, percebe-se que é muito mais salutar insistir em tudo aquilo que nos une como povo de Deus, povo de batizados, do que reforçar o binômio hierarquia – laicato. Quanto mais consciência se tem da participação diversificada na única missão eclesial, menos receio se alimenta sobre a igualdade fundamental de todos os cristãos.

A prioridade da formação à luz de Aparecida

O Documento Conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano realizada em Aparecida-Brasil, de 13 a 31 de

¹¹ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas. Documentos da CNBB, nº 62, p. 88-90. São Paulo: Paulinas, 1999.

maio de 2007, afirma de maneira categórica uma “clara e decidida opção pela formação dos membros de nossas comunidades, a favor de todos os batizados, qualquer que seja a função que desenvolvem na Igreja” (DA 276). Essa opção deve ser entendida na globalidade do documento que visa incrementar na Igreja um sério itinerário de formação de discípulos e missionários de Jesus Cristo.

Nessa perspectiva, devemos levar em conta que o Documento de Aparecida indica a necessidade de uma conversão pastoral e renovação missionária das comunidades. Para isso, diz Aparecida, é preciso “abandonar as estruturas caducas que já não favoreçam a transmissão da fé” (DA, 365). É uma pena que os bispos não tenham apontado, ainda que como exemplo, algumas dessas estruturas. Pode-se deduzir que o clericalismo que já abordamos acima esteja entre essas caducas estruturas que precisam ser superadas. Sendo assim, temos mais um ponto de apoio para priorizarmos a formação laical em nossos planos pastorais, pois somente com leigos verdadeiramente bem formados poderemos superar o centralismo clerical. No mesmo espírito de renovação, afirma o Documento de Aparecida que “a conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária” (DA, 370). A missionariedade não é também exclusiva do clero, mas de toda a Igreja, como bem atesta a constituição conciliar sobre a missão, quando diz que para atingir a promoção do amor universal aos homens “têm a máxima influência e merecem especial menção os leigos, isto é, os cristãos que incorporados a Cristo pelo batismo vivem no século. Imbuídos do Espírito de Cristo devem eles animar as coisas temporais, por dentro, como um fermento, e organizá-las para que se conformem cada vez mais a Cristo” (AG, 15).

Ainda na perspectiva de tomarmos a sério o espírito do documento conclusivo de Aparecida, o Papa Bento XVI, no seu discurso na sessão inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano fez um apelo claro e direto aos leigos quanto à responsabilidade missionária: “Nesta hora em que a Igreja deste Continente se entrega plenamente à sua vocação missionária, lembro aos leigos que são também Igreja, assembléia convocada por Cristo para levar seu testemunho ao mundo inteiro. Todos os homens e mulheres batizados devem tomar consciência de que foram configurados com



Cristo Sacerdote, Profeta e Pastor, através do sacerdócio comum do povo de Deus”.

Enfim, antes de tratarmos passo a passo o itinerário formativo segundo Aparecida, é preciso ressaltar que tal processo supõe: 1. Uma análise profunda da realidade, que nos interpela, pois contradiz o Reino de Vida; 2. Uma clara visão de onde se quer chegar com o processo de evangelização: a vida em plenitude para a pessoa inteira e para todos os povos; 3. Assumir com clareza a exigência de se colocar a Igreja toda em estado permanente de missão; 4. Levar a sério a conversão pastoral e a renovação eclesial. Esses quatro aspectos sintetizam o documento final de Aparecida e se constituem no pressuposto básico para a implementação de um itinerário formativo à luz de tal documento.¹²

O itinerário formativo segundo Aparecida

Para este ensaio sobre o itinerário formativo à luz do Documento Final da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribenho vou tomar como inspiração o item 226, onde se fala dos quatro eixos que temos de reforçar em nossa Igreja. Esses quatro eixos nos darão as colunas do itinerário formativo. Não na mesma ordem em que aparecem aqui; já tivemos uma experiência muito boa de planejamento pastoral, quando articulamos os quatro relatos evangélicos nos quatro anos que antecederiam a celebração do Jubileu do ano 2000. Na ocasião, tomamos o evangelho de Marcos como primeira etapa, ou seja, a etapa da experiência religiosa, do encontro com Jesus Cristo, pois esse relato tem como finalidade responder à pergunta fundamental: *Quem é Jesus?* Em seguida, usamos o evangelho segundo Mateus, para aprofundar a experiência de vida comunitária, uma vez que esse evangelho é bastante conhecido como o evangelho eclesial. Na terceira etapa, tomamos o evangelho segundo Lucas, pois seu relato, junto com Atos dos Apóstolos, nos favorecia um aprofundamento da dimensão missionária na Igreja. Por fim, como quarta etapa, tomamos o evangelho segundo João, pois queríamos

¹² Conferir o quadro sintético no final desse artigo. Trata-se de um trabalho que fiz em parceria com o Pe. Agenor Brighenti e foi publicado como encarte no livro *A Desafiante Proposta de Aparecida*, pela editora Paulinas, 2007, no Brasil.

uma reflexão que nos levasse ao aprofundamento da mística, da espiritualidade e também da doutrina. Assim, seguindo os quatro relatos evangélicos, traçamos o itinerário de formação dos cristãos, que deve partir da experiência pessoal do encontro com Jesus, indo para a adesão à vida comunitária, assumindo a missão e buscando sempre o aprofundamento da experiência fundante. É nessa perspectiva que assumimos agora o item 226 do Documento Final de Aparecida para propor um itinerário formativo dos discípulos missionários.

Primeira etapa: experiência do encontro com Jesus Cristo

Como primeiro ponto do itinerário da formação dos discípulos missionários, Aparecida destaca o pressuposto básico de toda a formação cristã, isto é, a experiência de fé. Esta é tratada em dois aspectos inseparáveis: encontro pessoal com Cristo e fundamento trinitário da experiência cristã.

Do encontro pessoal com Cristo deve resultar a decisão convicta de se tornar um seu seguidor. Para isso, Aparecida propõe alguns passos concretos: a) consciência do chamado ao seguimento do Cristo. Isso se dá não de maneira abstrata, mas muito concreta, pois “a resposta a seu chamado exige entrar na dinâmica do Bom Samaritano (cf. Lc 10,29-37), que nos dá o imperativo de nos fazer próximos, especialmente com quem sofre, e gerar uma sociedade sem excluídos, seguindo a prática de Jesus que come com publicanos e pecadores (cf. Lc 5,29-32), que acolhe os pequenos e as crianças (Mt 10,13-16), que cura os leprosos (cf. Mc 1,40-15), que perdoa e liberta a mulher pecadora (cf. Lc 7,36-49; Jo 8,1-11), que fala com a Samaritana (cf. Jo 4,1-26)” (DA, 135). Impressionante como Aparecida soube dar contornos bem existenciais às consequências de um verdadeiro encontro com Cristo. Portanto, não se trata de uma experiência mística desligada da prática, mas de algo que modifica totalmente a vida de uma pessoa. São atitudes reais e visíveis que comprovam a autenticidade dessa experiência. É muito pertinente que Aparecida trate assim a experiência do encontro com Cristo, pois vivemos num momento em que emerge no seio da Igreja e até fora dela uma série de experiências carentes de serenidade e consistência.



Desse encontro com Cristo brota a exigência do seu seguimento. Tal seguimento vai provocando nos discípulos missionários uma identificação com o Cristo que os torna pessoas configuradas com o Mestre: “para ficar verdadeiramente parecido com o Mestre, é necessário assumir a centralidade do Mandamento do amor, que Ele quis chamar seu e novo: ‘Amem-se uns aos outros, como eu os amei’ (Jo 15,12)” (DA, 138). Aparecida acentua que essa configuração é processual e cresce à medida que O seguimos, pois vamos aprendendo a viver e a sentir como Ele viveu e sentiu. Tal identificação alcança seu cume no momento em que um discípulo missionário compartilha o mesmo destino do Mestre, na fidelidade até à cruz. Maria aqui emerge como “imagem esplêndida da conformação ao projeto trinitário que se cumpre em Cristo” (DA, 141). Ainda temos como destaque alguns pontos claros da pedagogia cristã de configuração ao Mestre Jesus: escuta orante da Palavra, recebimento do perdão no sacramento da reconciliação, intimidade com o Cristo na Eucaristia e demais sacramentos, vivência da caridade cristã e engajamento na vida comunitária (cf. DA, 142).

Seguindo o Cristo e configurados a Ele, os discípulos missionários vão se tornando aptos para o anúncio do Evangelho do Reino da vida. O esquema do discípulo missionário é explicitado por São João, que diz que o Cristo chama para permanecer com Ele e, em seguida, os envia. Esse permanecer é o tempo do discipulado para que o tempo da missão seja assumido verdadeiramente n’Ele. Assumindo a missão, os discípulos missionários entram no processo da própria santificação, que se dá na ação concreta em favor de todos os povos, sobretudo daqueles que se encontram à margem dos atuais processos sociais, econômicos e políticos (cf. DA, 146-148).

Essa primeira etapa é profundamente marcada pelo aspecto trinitário e, mais acentuadamente, pneumatológico. Esse aspecto é de fundamental importância, pois se distancia das tendências nefastas do cristomonismo, que se constitui num desequilíbrio perigoso em nível de consciência eclesial. Criar uma Cristologia separada do Espírito Santo provocou o surgimento de uma eclesiologia institucional, que excluía sua dimensão carismática. Portanto, enquadrar a experiência pessoal de Jesus Cristo na moldura trinitária, além de evitar esse perigo, retoma a reflexão conciliar sobre a Igreja, tão bem retratada

no primeiro capítulo da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e revela a fidelidade à eclesiologia bastante desenvolvida na América Latina, sobretudo nos meios das Comunidades Eclesiais de Base.

Por fim, Aparecida destaca os lugares de encontro com Cristo, seguindo a inspiração da Exortação do Papa João II, *Ecclesia in America*. Aí estavam relacionados lugares e momentos concretos nos quais, no âmbito da Igreja, é possível encontrá-lo. Em primeiro lugar, “a Sagrada Escritura, lida à luz da Tradição, dos Padres e do Magistério, e aprofundada pela meditação e oração”. Em segundo lugar, a Sagrada Liturgia. Em terceiro lugar, “as pessoas, especialmente os pobres, com os quais Cristo se identifica” (EAm, 12). Aparecida ainda ressalta o sacramento da reconciliação, a oração pessoal e comunitária, a piedade popular e a devoção mariana e aos santos como momentos importantes da experiência pessoal de encontro com o Cristo (cf. DA, 254-275).

Segunda etapa: vivência comunitária

É claro que nem tudo na vida acontece de forma linear, mas sugerimos, à luz de Aparecida, que a adesão à vida comunitária seja um passo necessário para todos os que fizeram a sua experiência pessoal de encontro com Jesus Cristo. Acreditamos que a comunidade se configura no espaço adequado de verificação da autenticidade da experiência religiosa pessoal. Há muitos desvios religiosos sob o nome de experiência de fé, de experiência mística. Vemos emergir por todos os cantos de nosso continente pessoas dizendo que fizeram essa ou aquela experiência religiosa. Com bastante frequência escutamos aqui e acolá que alguém viu a Virgem, experenciou o sangramento da hóstia, viu uma imagem verter lágrimas e outras manifestações. A comunidade, bem acompanhada, fará funcionar o critério de veracidade ou não de tais fenômenos. Critério, aliás, bem detalhado na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: “O conjunto dos fiéis, ungidos que são pela unção do Santo (cf. 1Jo 2,20 e 27), não pode enganar-se no ato de fé. E manifesta esta sua peculiar propriedade mediante o senso sobrenatural da fé de todo o povo quando, desde os bispos até os últimos fiéis leigos, apresenta um consenso universal sobre questões de fé e costumes” (LG, 12).



É nessa perspectiva que julgamos fundamental que no processo de formação o engajamento à vida comunitária seja apresentado como etapa natural do crescimento do discípulo missionário na fé.

Aparecida destaca a atitude de acolhida fraterna e personalizada como ponto essencial no processo de inserção de todos os fiéis na vida eclesial. “Nossos fiéis procuram comunidades cristãs, onde sejam acolhidos fraternalmente e se sintam valorizados, visíveis e eclesialmente incluídos. É necessário que nossos fiéis se sintam realmente membros de uma comunidade eclesial e co-responsáveis em seu desenvolvimento. Isso permitirá maior compromisso e entrega em e pela Igreja” (DA, 226b).

Numa sociedade onde o individualismo cresce assustadoramente e se apresenta quase como a forma natural de levar a vida, a experiência de convivência comunitária se constitui numa patente do cristianismo. Nosso Senhor quis que seus discípulos missionários vivessem em profunda comunhão. A Trindade se constitui em fonte e modelo da vivência eclesial na perspectiva do já e do ainda não históricos. “A comunhão dos fiéis e das Igrejas locais do Povo de Deus se sustenta na comunhão com a Trindade” (DA, 155). Toda experiência cristã autêntica tende à vida comunitária, pois “não há discipulado sem comunhão” (DA, 156). Tomando o mandamento do amor como fontal em nossa vida cristã, a vida em comunhão, que se traduz no engajamento real numa comunidade de fé, emerge como condição absoluta do ser cristão. Os movimentos que apregoam a máxima –“Jesus Cristo sim, Igreja não”– se equivocam, pois a verificabilidade histórica do seguimento de Jesus se dá na adesão à Igreja, santa e pecadora como ela se apresenta e é, na sua essência.

Aparecida sublinha como lugares eclesiais para a comunhão a diocese, a paróquia, as comunidades eclesiais de base e as pequenas comunidades, as Conferências Episcopais e a comunhão entre as Igrejas. O destaque nessa reflexão de Aparecida recai sobre a Eucaristia, como fonte e cume de toda a comunhão eclesial. E toda vivência autêntica da Eucaristia nos remete à experiência profunda da reconciliação, sacramento da volta à vida de comunhão (cf. DA, 175-177).

Nessa perspectiva, a divisão entre os cristãos continua sendo um contrassinal das Igrejas cristãs no mundo. O seguimento de Jesus Cristo pode ser feito de maneira diferente, criativa, diversa, mas nunca baseado em divisões e intrigas. Afinal, Nosso Senhor nos disse que o amor entre os cristãos seria o sinal da presença d'Ele no mundo e condição para que o mundo creia (cf. Jo 17,21).

Lugares eclesiais para a comunhão

No itinerário formativo dos discípulos missionários é preciso ressaltar que o seu engajamento numa comunidade cristã já favorece o aprofundamento da fé. Faz-se necessário ressaltar que a formação cristã não se restringe ao esquema acadêmico, pois muitos viveram autenticamente sua fé por meio da participação efetiva na vida comunitária. Sendo assim, vale a pena destacar os espaços de comunhão eclesial que favorecem o conhecimento de Jesus Cristo e de sua proposta.

Como primeiro espaço de vivência da comunhão Aparecida destaca a *diocese*, a *Igreja Particular*. O Concílio Vaticano II assim a definiu: "Diocese é a porção do povo de Deus confiada a um bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbitério, de tal modo que, unida a seu pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua uma Igreja particular, na qual verdadeiramente está e opera a una, santa, católica e apostólica Igreja de Cristo" (CD, 11). Devido ao forte individualismo reinante no mundo de hoje, as dioceses estão em franco processo de enfraquecimento. Os presbíteros estão voltando a uma mentalidade pré-conciliar de cada um cuidar da sua paróquia, sem se importar tanto com os planos de pastoral diocesanos. Os bispos nos últimos anos têm se identificado, com honrosas exceções, em administradores diocesanos e se descuidado do verdadeiro pastoreio, que implica reunir seus presbíteros em torno de um projeto de evangelização concreto e bem elaborado. Os atuais planos de pastoral diocesanos têm sofrido o problema da pastoral da gaveta, sem nenhuma incidência na vida das paróquias. É urgente retomarmos a eclesiologia conciliar, que considera o bispo muito mais do que mero administrador um verdadeiro pastor. "No exercício de seu ofício de pai e pastor, estejam



os bispos no meio dos seus como quem serve. Sejam bons pastores que conhecem suas ovelhas; pois também elas os conhecem” (CD, 16). É nesse contexto da Igreja Particular, que a formação do laicato ganha *status* de prioridade, pois se os presbíteros são os cooperadores da ordem episcopal, sem a cooperação dos leigos não conseguirão exercer plenamente seu ministério.

Aparecida sublinha ainda a *paróquia* como outro espaço de vivência da comunhão. Na verdade, nesse nível eclesial é que tem se dado na maior parte o engajamento dos fiéis leigos. Nenhuma paróquia pode descuidar da formação do povo de Deus. Precisamos superar o velho esquema de mera frequência dos leigos nos sacramentos. Uma das experiências mais desgastantes para um presbítero é perceber no momento do sacramento da reconciliação que o nível da consciência de seus fiéis não superou o das crianças da primeira Eucaristia. O que leva um cristão adulto a confessar seus pecados de maneira tão infantil, mesmo depois de ter participado até 50 anos da vida da Igreja? Sem um processo de formação sério, os leigos continuarão parados nos aprendizados da infância. Portanto, a participação na vida paroquial deverá ser ampla e sistemática, de modo a favorecer o crescimento na fé de todos aqueles que dela se aproximam. Daqui resulta um compromisso dos presbíteros de prepararem bem suas homilias, momento que a maioria dos fiéis leigos tem para aprofundar sua fé. “A pregação sacerdotal –por vezes dificultada nas circunstâncias do mundo de hoje– para mover mais prontamente as mentes dos ouvintes, não há de expor apenas de modo geral e abstrato a Palavra de Deus, mas deverá aplicar a verdade perene do Evangelho às circunstâncias da vida” (PO, 4). A palavra, quando bem anunciada, forma verdadeiras comunidades cristãs, onde os fiéis leigos terão acesso a tudo o que é necessário para sua formação. Nessa perspectiva, “os presbíteros reconheçam e promovam sinceramente a dignidade dos leigos e suas incumbências na missão da Igreja” (PO, 9).

No Continente Latino Americano, além da diocese e da paróquia, têm se constituído num verdadeiro espaço de formação laical as *Comunidades Eclesiais de Base*. Injustamente tratadas por parte da hierarquia como meros centros de engajamento sócio-político, as CEBS ensaiam uma Igreja onde verdadeiramente os leigos são adultos e exercem diversos ministérios reveladores de sua cidadania cristã,



eclesial e social. Quem melhor intuiu essa potencialidade das CEBs foi o Papa João Paulo II, na sua Encíclica sobre a missão na Igreja. Ele afirmou que as CEBs “estão dando boas provas como centros de formação cristã e de irradiação missionária” (Rmi, 51). Definindo-as, o Papa João Paulo II deixa claro que a estruturação e o ambiente das CEBs favorecem o surgimento do cristão adulto. “Tais comunidades descentralizam e, simultaneamente, articulam a comunidade paroquial, à qual sempre permanecem unidas; radicam-se em ambiente simples das aldeias, tornando-se fermento da vida cristã, de atenção aos últimos, de empenho de transformação da sociedade. O indivíduo cristão faz nelas uma experiência comunitária, onde ele próprio se sente um elemento ativo, estimulado a dar a sua colaboração para proveito de todos. Deste modo, elas tornam-se instrumento de evangelização e de primeiro anúncio, bem como fonte de novos ministérios” (Rmi, 51). Infelizmente, o texto original de Aparecida sobre CEBs não foi totalmente respeitado, mas ainda restou, embora muito aquém da colocação do Papa João Paulo II, pelo menos o seu reconhecimento como espaço de formação laical. “Na experiência eclesial de algumas Igrejas da América Latina e do Caribe, as Comunidades Eclesiais de Base têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros” (DA, 178).

Outros espaços de se viver a comunhão eclesial e que podem favorecer a formação laical têm sido *os movimentos e as novas formas de vida comunitária*. De fato, são inúmeros os leigos que encontram aí seu espaço para exercer sua cidadania cristã e eclesial. Muitos ainda estão em estágio experiencial e carecem de um verdadeiro sentido de vivência eclesial, revelando-se refratários de uma adequada integração na pastoral paroquial e diocesana (cf. DA, 100g).

Terceira etapa: formação bíblico-teológica

Favorecer a muitos a experiência do encontro com Jesus Cristo e apontar-lhes o engajamento na vida comunitária como caminho de aprofundamento dessa experiência são os dois primeiros passos do itinerário da formação dos discípulos missionários. Porém, aqueles



que fizerem essa trajetória de fé sentirão mais sede de conhecimento das verdades reveladas e se sentirão sempre mais desafiados a dar a razão de sua esperança (cf. 1Pd 3,15). Por isso, como terceira etapa do itinerário, emerge a necessidade de uma formação mais sistematizada, em que os discípulos missionários mergulhem nas riquezas do mistério cristão reveladas a todos aqueles que Ele ama e chama para o seu seguimento.

Nesta etapa, dar-se-á o aprofundamento do conhecimento da Palavra e dos conteúdos da fé. Será uma verdadeira formação teológica e doutrinal, favorecendo o crescimento espiritual, pessoal e comunitário de todos os cristãos fiéis leigos.

Chamado a ser discípulo missionário de Jesus Cristo para o anúncio do Evangelho do Reino, o fiel leigo vivenciará muitas vezes desafios aos quais sua formação não garante respostas adequadas. Poderá, inclusive, titubear na fé aquele que ficou apenas na superfície da sua experiência fontal. Constatamos, hoje, quantos cristãos abandonam sua Igreja e a trocam por outras experiências de fé bastante inconsistentes. Pessoas que num dia dizem ter grande devoção à Maria e no outro dia já estão em outras denominações que abominam tal devoção, classificando-a como idolátrica. Mesmo a comunhão eclesial católica tem sido objeto de muitos questionamentos, levando muitos fiéis leigos a rejeitar a autoridade eclesial. Em poucos instantes, Tradição e Magistério são trocados por orientações fundamentalistas de qualquer pessoa que se autodenomina autoridade, em nome do Senhor Jesus. Daí que a formação do fiel leigo deverá propiciar-lhe condições de dar razão de sua fé, de sua esperança de forma sólida e consistente.

Aparecida enumera alguns aspectos do processo, que não necessariamente acontecem de forma linear, mas sempre conjugados entre si, de forma a complementarem-se e se alimentarem uns aos outros: a) Encontro com Jesus Cristo; b) Conversão; c) Discipulado; d) Comunhão; e) Missão. Torna-se evidente que esses aspectos acontecem de maneira muito variada na vida de cada um, mas seja qual for o começo do ser cristão, são elementos importantes na configuração do discípulo missionário.



Aparecida, então, propõe alguns critérios para que o processo de formação dos discípulos missionários favoreça o crescimento de fiéis leigos, tornando-os capazes de testemunhar sua fé em meio aos imensos desafios da sociedade hodierna. Destaca as dimensões essenciais do itinerário formativo: a) dimensão humana e comunitária; b) dimensão espiritual; c) dimensão intelectual; d) dimensão pastoral e missionária.

Destacaremos apenas alguns aspectos que julgamos mais urgentes, frente ao que temos de demanda nas comunidades cristãs.

Formação integral

Como integral, a formação deve favorecer o acesso dos fiéis leigos a diversas dimensões da inteligibilidade da fé. A transdisciplinaridade se constitui, hoje, numa perspectiva transversal de todo o saber. Assim, a verdade da fé deverá ser articulada com as ciências humanas, servindo-se delas para ser mais bem explicitada. O método dedutivo tem se transformado numa tradição no Continente Latino Americano. Popularmente, tal método ficou conhecido como “ver, julgar e atuar”. Aparecida o reconheceu como legitimamente usado por diversas Igrejas no sentido de que esse método “tem enriquecido nosso trabalho teológico e pastoral e, em geral, tem-nos motivado a assumir nossas responsabilidades diante das situações concretas de nosso continente. Este método nos permite articular, de modo sistemático, a perspectiva cristã de ver a realidade; a assunção de critérios que provêm da fé e da razão para seu discernimento e valorização com sentido crítico; e, em conseqüência, a projeção do agir como discípulos missionários de Jesus Cristo” (DA, 19). Para ser integral, a formação baseada nesse método deverá levar o fiel leigo a uma consideração mais científica da realidade que o cerca, servindo-se de diversas ciências afins. Será, portanto uma formação atenta a diversas dimensões: humana e comunitária, espiritual, intelectual, pastoral e missionária (cf. DA, 280).

Formação querigmática

A formação cristã tem no anúncio da Boa Nova sua base fundante. É na força da Palavra que os fiéis leigos encontraram alento e



estímulo para aprofundar sua experiência de fé. O acercar-se da Palavra tem se revelado como um grande desafio no seio da comunidade eclesial. Quanto mais se complexificam as ciências, mais se alargam os horizontes de compreensão da Palavra revelada. “Na exegese, como noutras ciências, tanto mais se alarga o campo a explorar”.¹³ A dimensão querigmática da formação deverá ajudar o fiel leigo a fugir da tentação de uma leitura fácil, muitas vezes revelada como fundamentalista. Fala-se muito hoje em dia do anúncio querigmático, mas é bom estar atento que há problemas quanto à interpretação da Bíblia e que não é de hoje. É claro que as dificuldades aumentaram devido aos progressos feitos pelas ciências humanas, mas isso, por outro lado, se constituiu numa excelente perspectiva para a Igreja enfrentar com instrumentos mais eficazes a praga fundamentalista. Como bem alerta a Pontifícia Comissão Bíblica, “a abordagem fundamentalista é perigosa, pois ela é atraente para as pessoas que procuram respostas bíblicas para seus problemas da vida. Ela pode enganá-las oferecendo-lhes interpretações piedosas mas ilusórias, ao invés de lhes dizer que a Bíblia não contém necessariamente uma resposta imediata a cada um desses problemas”.¹⁴

Portanto, para que a formação seja verdadeiramente querigmática é preciso favorecer aos leigos, cada vez mais, o acesso à ciência bíblica. Somente assim, poder-se-á fazer frente ao problema hermenêutico tão sério nos dias de hoje. Desenvolveu-se um clima de desconfiança em relação a muitas interpretações que sempre foram afirmadas de maneira categórica na nossa catequese. Presencia-se a afirmação de inúmeras “verdades” que muitos cristãos não crêem, mas têm medo de afirmar sua suspeita. Se por um lado, não se deve cair no exagero de viver buscando precisões teológicas, por outro, é preciso admitir que há afirmações que beiram a ingenuidade e que precisam ser superadas. Há pouca gente com coragem de dizer com clareza que muitas coisas estão superadas e isso vai se tornando perigoso, pois quando os cristãos crescem na fé, acabam por se indignar por ter vivido tanto tempo na ignorância. Tudo isso “introduz na vivência cristã a suspeita – uma suspeita surda, mas insistente: crê-se, mas se duvida de que as coisas possam ser assim; duvida-se, mas não se ousa

¹³ A interpretação da Bíblia na Igreja. Pontifícia Comissão Bíblica. Petrópolis: Vozes, 1994, p.13.

¹⁴ Idem, p. 65.

perguntar; pergunta-se, mas não se dão respostas claras”.¹⁵ Podemos dizer que desde o século XVIII a Igreja não conseguiu dar respostas convincentes a uma lista enorme de interrogações que advieram da revolução da razão crítica. Pode estar aí uma das razões do abandono da fé da parte de muitos, que se sentiram traídos ou infantilizados pela Igreja. Com muita lucidez, a Pontifícia Comissão Bíblica, não sem algumas considerações, assume o método histórico crítico na leitura bíblica e rechaça a tendência fundamentalista, dizendo que esta conduz o leitor a uma forma de suicídio do pensamento.

Formação espiritual e missionária

Desde que o Concílio Vaticano II afirmou ser o chamado à santidade dirigido a todos e que a responsabilidade pela única missão da Igreja é de todos os batizados, não somente dos consagrados, a dimensão da espiritualidade e da missionariedade se fez exigência urgente no processo de formação de todos, também dos leigos. “É evidente que todos os fiéis cristãos de qualquer estado ou ordem são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade” (LG, 40). O Concílio também diz que para a formação espiritual e missionária dos leigos sejam criados institutos próprios, que lhes ofereçam preparação doutrinal e técnica (cf. AG, 26 e 41).

Aparecida também sublinha a necessidade da formação na espiritualidade da ação missionária, que consiste em abrir-se ao impulso do Espírito que envia os que Ele capacita para o anúncio. Assumindo tal dimensão na formação, cada fiel, de acordo com seu modo de vida, abrir-se-á para uma vida no Espírito, “que não nos fecha em intimidade cômoda, mas sim nos torna pessoas generosas e criativas, felizes no anúncio e no serviço missionário” (DA, 285).

Enfim, vale a pena ressaltar que todos os âmbitos de formação na Igreja devem tender a uma sintonia de conteúdo e de método, evitando formar clérigos para certo modelo de Igreja em desacordo com o modelo apresentado para os leigos. Assim, os centros educativos católicos – escola, universidade, institutos de filosofia e de

¹⁵ QUEIRUGA, Andrés Torres. Recuperar a criação: por uma religião humanizadora; tradução de João Rezende Costa – São Paulo: Paulus, 1999, p. 14.



teologia – precisam se esforçar para dar passos concretos na formação de cristãos adultos, que saibam conviver no diálogo e na recíproca promoção humana e espiritual.

Quarta etapa: compromisso missionário da comunidade

Passando pelo aprofundamento da própria experiência religiosa (primeira etapa), engajando-se na vida comunitária (segunda etapa), buscando a formação bíblico-teológica de maneira sistemática e séria (terceira etapa), o fiel leigo deve se sentir apto e deverá ser mesmo capaz de assumir verdadeiramente o compromisso missionário próprio da fé cristã. Não vou aqui me estender em conceitos de missão, mas é bom deixar claro que temos por horizonte o que o Papa João Paulo II distinguiu na sua Carta Encíclica sobre os horizontes da missão. Ele afirma que as diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem das diversas circunstâncias onde ela acontece. E hoje, do ponto de vista da evangelização, distinguem-se três situações: a) ad gentes: anúncio do Cristo e do seu Evangelho onde não são conhecidos; b) cuidado pastoral: atividades exercidas pelas comunidades cristãs já estabelecidas; c) nova evangelização: anúncio junto aos afastados, aqueles que perderam o sentido da fé.¹⁶

202

O que aqui foi falado sobre missão, quer ter essas três situações como horizonte do necessário e urgente anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo.

A vida prática do cristão leigo se dá, hoje mais do que nunca, na complexidade da sociedade hodierna, muitas vezes hostil ao anúncio do Evangelho. É aqui, porém, que o fiel leigo colocará em ação tudo o que foi recebendo no processo formativo. Essa etapa se constitui também numa etapa formativa, pois a verdade cristã não se reduz a mera teoria, a abstrações, mas é vivendo o Evangelho que se aprende a entendê-lo também teoricamente. Formação na ação.

¹⁶ JOÃO PAULO II. Encíclica *Redemptoris Missio* – sobre a validade permanente do mandato missionário. Brasília: CNBB, 1991, n. 33.



Uma primeira atitude clara dessa etapa formativa se encontra no testemunho, tão necessário para os dias de hoje. Como dizia o saudoso Papa Paulo VI: “O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas”.¹⁷ Sem reduzir a fé cristã à mera expressão ética, sem sombra de dúvida, os cristãos são chamados hoje a dar testemunho de uma vida pautada pela ética, pois é notória a inversão de valores.

Aqui está nossa grandeza e nossa fraqueza, ao mesmo tempo. Grandeza porque o que temos a testemunhar nos leva a assumir a postura de portadores de uma utopia que pode mudar definitivamente a vida das pessoas. Fraqueza porque é muita ousadia, vivendo nas intempéries existenciais de cada um, se apresentar como aquele que é capaz de indicar o caminho da realização humana, mostrando-se como ele próprio um ser realizado. É como se pudéssemos dizer: a depressão é uma enfermidade não cristã. Quem tem coragem de fazê-lo? Por isso, a questão da formação cristã extrapola o campo acadêmico, pois não se trata de dominar teoricamente um sistema, mas de transpirar vivencialmente uma opção definitiva, que dá o sentido mais profundo da existência. Assim, o cristão é chamado a dar testemunho dessa grandeza que, como uma mística, envolve toda sua existência, mesmo sabendo da fragilidade do seu ser-assim de cada dia.

São significativas as palavras do Papa Bento XVI de que “não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande idéia, mas através do encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva” (DCE,12). Por outro lado, quantos se convenceram de que vale a pena ser cristão movidos por um testemunho sério de vida ética e cheia de esperança num mundo novo? O encontro com Jesus na história se dá de múltiplas maneiras e uma bela porta de entrada pode ser a maneira como os cristãos vivem, se amam e praticam a justiça (1Jo 3,10).

¹⁷ PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Exortação Apostólica sobre A Evangelização no Mundo Contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 1976, 12. Ed., p. 48.



Da experiência pessoal ao engajamento comunitário e missionário

Vivemos numa sociedade que cada vez mais empurra a pessoa para uma encruzilhada, onde ela deve fazer sua escolha. Com a crise das instituições, já não há caminho definido a priori. Tudo está por decidir. A religião também faz parte desse enorme leque de opções ao qual o ser humano tem de enfrentar e fazer sua opção. Como diz o teólogo Renold Blank, o morador da cidade deve aprender a escolher, pois não escolher significa ser empurrado, manipulado, perder a identidade.¹⁸ Em suma, não escolher significa perder o sentido da vida. Favorecer a todos a experiência pessoal de fé é tarefa eclesial. Porém, tal experiência exige também da comunidade um acompanhamento e uma abertura de oportunidades para a missão. O indivíduo se sente reforçado na sua experiência na medida em que é anunciador dela a outros. Daí o sucesso de muitos movimentos que privilegiam o espaço dos testemunhos.

A dimensão missionária da Igreja começou com testemunhas que acreditaram na força da ressurreição de Cristo e se puseram a caminho. Por isso, o itinerário da formação não pode parar em questões meramente teóricas. Deve levar o cristão à prática, ao anúncio explícito da verdade que ele acredita e que experimentou, dando sentido a sua vida.

Em outras palavras, o caminho da formação laical na Igreja se faz caminhando, buscando novos horizontes onde a novidade cristã precisa ser anunciada. Trata-se de um serviço ao mundo, que toda a comunidade eclesial precisa assumir.

Seguindo o roteiro de Aparecida, que afirma ser missão dos discípulos estar a serviço da vida plena, assim como Jesus esteve a serviço da vida, apresentamos alguns pressupostos básicos para que esse serviço tenha chance de encontrar seu espaço na sociedade atual.

¹⁸ BLANK, Renold. Op cit, p. 21-22.

1. *Estar a serviço como aquele que quer aprender e não somente ensinar*

Uma das dificuldades da Igreja na sociedade é a sua identificação como aquela que nada tem a aprender com o mundo, mas somente a ensinar. O mundo hoje é muito mais aberto aos que estão dispostos ao diálogo e não à imposição. Estar disposto ao diálogo não significa abrir mão de suas próprias convicções, mas estar aberto para ouvir outros que possuem outras convicções. Os problemas ganharam tal complexidade que ninguém pode dispensar a colaboração de outros na busca de suas soluções. Hoje, no mundo das ciências, fala-se muito da transdisciplinaridade como tema transversal. Na realidade, é preciso unir esforços, abrir espaço para outras visões. O cuidado com o planeta e seus habitantes, sobretudo os mais pobres, exige espírito cooperativo e solidário.

Servir ao mundo com gratuidade, sem proselitismos e arrogâncias, constitui-se num poderoso meio de levar a Boa Nova de Jesus Cristo a todos os cantos do mundo. Convencido que estou de que minha descoberta na fé é suficiente para dar sentido à minha vida, deduzo que é também possível para dar sentido à vida de outros. Com alegria, apresentar aos outros essa possibilidade. Vencer a imagem de uma Instituição que nos cobra inúmeros deveres e apontar para a grande chance de muitas pessoas encontrarem no seguimento de Jesus o sentido maior de sua vida. O Papa Bento XVI, numa entrevista a um grupo de jornalistas, antes de sua primeira viagem a sua terra natal, afirmou: “A Igreja não pode ser reduzida a uma instituição do não”. Portanto, mais do que inculcar ideias e normas nas cabeças dos outros, a missão dos discípulos missionários é apontar caminhos de realização na vida. Assim sendo, a necessária defesa da vida em todas as suas dimensões e estágios deve firmar-se com uma convicção plena de que a vida vale a pena para todos, não só para alguns. Defesa esta baseada em princípios afirmativos da vida e não em normas e leis restritivas disso ou daquilo. Afirmar a vida para todos, com alegria de quem encontrou seu sentido mais profundo, é o desafio colocado a toda a comunidade eclesial.



2. Clareza na opção pelos pobres e deserdados da história

Sobretudo na Igreja Latino Americana e Caribenha, essa dimensão da missão é constitutiva do ser Igreja. É seu DNA. Uma opção verdadeira pelos pobres não deixa imune nenhuma outra dimensão eclesial. Como afirmou recentemente o Papa Bento XVI, “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com a sua pobreza”.¹⁹ Em outras palavras, não se é autêntico cristão aquele que não faz opção pelos pobres. O Papa João Paulo II já dizia na sua Carta Apostólica *Novo Millenio Ineunte*: “há na pessoa dos pobres uma especial presença de Cristo, obrigando a Igreja a uma opção preferencial por eles” (NMI 49).

Com tal convicção, a missão dos discípulos missionários tem rumo e metodologia definidos. Essa opção define também que tipo de parceria os discípulos missionários devem e podem fazer, para que a Boa Nova seja anunciada com autenticidade. A missão é para todos, pois a opção não é exclusiva, nem excludente, como afirma Aparecida, porém ela marca as demais opções que apresentam na missão. É olhar o global a partir das necessidades reais dos pobres. Vou a todas as classes, mas como quem sabe que a defesa da vida dos pobres e excluídos move todas as minhas escolhas. Ela é a marca ética do meu agir missionário.

Aparecida também evidenciou que quando se diz que a opção é preferencial, faz-se necessário entender que o ser “preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais” (DA, 396). Nessa perspectiva, a dimensão social de toda a pastoral deve ajudar os discípulos missionários a entender que as chamadas pastorais sociais não são um departamento estanque do processo evangelizador (cf. DA, 401).

Na missão, é preciso ainda desenvolver a sensibilidade de todos para a percepção dos novos rostos de pobres que foram emergindo no novo modelo econômico globalizado, que faz do lucro o seu

¹⁹ PAPA BENTO XVI. Sessão Inaugural da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Aparecida, 13 de maio de 2007.

único motor. Aparecida enumera alguns deles: migrantes, vítimas de violência, deslocados e refugiados, vítimas de tráfico de pessoas e sequestros, desaparecidos, enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, tóxico-dependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas de exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados/as, excluídos pelo analfabetismo tecnológico, pessoas que vivem na rua das grandes cidades, indígenas e afro-americanos, agricultores sem terra e mineiros (cf. DA, 402).

3. Disposição para deixar estruturas caducas e abrir espaços para o novo

Ir para a missão como alguém que está disposto a abrir mão de suas experiências e estruturas caducas, para aprender novos caminhos na evangelização. O itinerário formativo de todos os membros da Igreja, de maneira especial dos leigos, deverá estar atento às novas perspectivas do mundo globalizado. Na Igreja, convencionou-se tratar como fontes de sua verdade anunciada e defendida, e até mesmo de sua auto-compreensão, a Sagrada Escritura, a Tradição e o Magistério. O teólogo alemão Medard Kehl, depois de enumerar essas fontes, as amplia em duas outras também muito significativas e necessárias: a vida concreta do povo de Deus, o *sensus fidei*, que por meio da *receptio* ajuda a Igreja a tomar consciência de outros pontos de vista na missão; e outras vozes profético-críticas, que muitas vezes “vêm de fora da Igreja e servem – quando se trata realmente do bem da humanidade e da Igreja não só de polêmicas – de necessário corretivo para a autocompreensão na fé. A maneira como os ‘outros’ nos vêm (como, por exemplo, os sociólogos da religião ou os representantes de outras religiões ou visões de mundo) não é de maneira alguma indiferente para a compreensão teológica da Igreja. A identidade própria só se forma no diálogo aprofundado, esclarecedor e purificante”.²⁰

Será que estamos dispostos mesmo a uma revisão profunda e séria de nossos métodos de evangelização e das estruturas eclesiais que sustentam a missão na Igreja? Não se faz mais missão como antiga-

²⁰ KEHL, Medard. A Igreja – uma eclesiologia católica. São Paulo: Loyola, 1997, p. 44-45.



mente, mas a missão continua sendo da natureza própria da Igreja. Se por um lado, “a necessidade de adequar a presença da Igreja às novas circunstâncias da sociedade e às novas urgências evangelizadoras ante amplos setores descristianizados obrigaram ao reconhecimento do papel ativo que os leigos deveriam desempenhar”,²¹ por outro, como que paradoxalmente, vimos nas últimas décadas crescer um clericalismo anacrônico.

O sonho de substituição do binômio leigo-hierarquia pela expressão comunidade-carismas-ministérios alentado por muitos no período imediato pós-conciliar continua sendo um desafio para uma Igreja com espaço para um real protagonismo laical. E somente nessa nova base eclesiológica a formação de leigos e leigas pode ganhar estatuto de séria e consequente. É o que continuamos acreditando e sonhando.

A PROPOSTA DE APARECIDA

I – O PONTO DE PARTIDA UMA REALIDADE QUE NOS INTERPELA, POIS CONTRADIZ O REINO DE VIDA

As condições de vida dos milhões e milhões de abandonados, excluídos e ignorados contradizem o projeto do Pai e desafiam os cristãos a um maior compromisso em favor da cultura da vida. O Reino de vida, que Cristo veio trazer, é incompatível com estas situações desumanas (358).

II – O PONTO DE CHEGADA A VIDA EM PLENITUDE PARA A PESSOA INTEIRA E PARA NOSSOS POVOS

Uma promoção humana, que leve à autêntica libertação, integral, abarcando a pessoa inteira e todas as pessoas, fazendo-as sujeito de seu desenvolvimento (399). Deus, em Cristo, não redime só a pessoa individual, mas as relações sociais entre os seres humanos (359). A fé cristã deverá engendrar padrões culturais alternativos para a sociedade atual (480).

²¹ DE LA FUENTE, Eloy Bueno. *Eclesiologia. Sapientia fidei* – Serie de Manuales de Teologia. Segunda edición (actualizada). Madrid: BAC, 2004., p. 167.

III – A EXIGÊNCIA**UMA IGREJA EM ESTADO PERMANENTE DE MISSÃO**

A Igreja, para ser toda ela missionária, necessita: desinstalar-se de seu comodismo, estancamento e tibieza; converter-se em um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo (362); renovar as estruturas eclesiais, abandonado as ultrapassadas (366); passar de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária (370).

IV – AS IMPLICAÇÕES**UMA CONVERSÃO PASTORAL E A RENOVAÇÃO ECLESIAL**

Uma atitude de permanente conversão pastoral (365) e renovação eclesial (367), a setorização das paróquias (372), uma ação pastoral planejada (371), assumir os novos rostos da pobreza, à luz da opção pelos pobres (402), o protagonismo das mulheres na evangelização (458), uma renovada pastoral urbana (518), a presença no mundo da cultura (479), da comunicação social (485), nos centros de decisão (491) e na vida pública (501).

IV – O ITINERÁRIO**UMA CAMINHADA, EM QUATRO ETAPAS**

EXPERIÊNCIA PESSOAL DE FÉ	VIVÊNCIA COMUNITÁRIA	FORMAÇÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA	COMPROMISSO MISSIONÁRIO DA CDE.
<ul style="list-style-type: none"> • Encontro pessoal com Jesus Cristo • Experiência religiosa profunda • Anúncio kerigmático • Conversão pessoal • Mudança integral de vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Acolhida pessoal fraterna • Valorização de cada um • Inclusão na vida comunitária • Todos co-responsáveis na Comunidade • Compromisso e entrega na e pela Igreja 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundar do conhecimento da Palavra • Aprofundar-se nos conteúdos da fé • Formação teológico-doutrinal • Crescimento espiritual, pessoal e comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> • Todo batizado é um missionário • Ir ao encontro dos afastados • Interessar-se pela vida deles • Reencantá-los com a Igreja • Convidá-los a voltar e se envolver com ela



SEGUIMENTO DE JESUS	A COMUNHÃO NA IGREJA	DISCIPULADO	MISSIONARIE-DADE
<ul style="list-style-type: none"> • Chamados ao seguimento (129-135) • Configurados ao Mestre (136-142) • Enviados a anunciar o Evangelho do Reino da Vida (143-148) • Animados pelo Espírito (149-153) 	<ul style="list-style-type: none"> • Chamados a viver em comunhão: (154-163) • Os promotores da comunhão: (184-224) • Diálogo ecumênico (228-234) • Diálogo inter-religioso (235-239) 	<ul style="list-style-type: none"> • Chamados a ser discípulos para anunciar o Evangelho (101-128); - Aspectos do processo formativo: (278) - Critérios da formação do discipulado (279-285); - Iniciação a vida cristã e catequese permanente (286-300) 	<ul style="list-style-type: none"> • Chamados a ser missionários: (101-128); • A missão dos discípulos: (347-379); - Agentes (373); - Reino de Deus e promoção da dignidade humana (380-430); - Agentes: família e pessoas (431-463); - Ecologia (470-475); - Inculturação (476-480)
LUGARES DE ENCONTRO: 246-275	LUGARES DE COMUNHÃO: 164-183	LUGARES DE FORMAÇÃO: 301-346	LUGARES DA MISSÃO: 476-519
<p>Sagrada Escritura (247-248); - Liturgia (250-253); - Sacramento da reconciliação (254);</p> <p>- Oração pessoal e comunitária (255); - A comunidade viva e o amor fraterno (256); - Os pobres, aflitos e enfermos (257); - A religiosidade popular (258-265); - Maria (266-272) e os Santos (273-275)</p>	<p>- A Igreja Local (164-169);</p> <p>- A paróquia, comunidade de comunidades (170-176);</p> <p>- As CEBs e as pequenas comunidades eclesiais (178-180);</p> <p>- As Conferências Episcopais e as Igrejas irmãs (181-183)</p>	<p>- A família (302-303);</p> <p>- A paróquias (304-306); - As CEBs (307-310);</p> <p>- Os movimentos eclesiais e novas comunidades (311-313);</p> <p>- Os seminários e casas de formação de religiosos (331-327);</p> <p>- Os centros educativos católicos (328-345)</p>	<p>- O mundo da cultura (479-480);</p> <p>- A comunicação social (485-490);</p> <p>- Os no-vo areópago e centros de decisão (491-500);</p> <p>- A vida pública (501-508);</p> <p>- A pastoral urbana (509-519);</p> <p>A unidade de nossos povos (521-528);</p> <p>- A integração dos indígenas e afros (529-533);</p> <p>A reconciliação e cultura da partilha (534-545).</p>